

“A confissão da bruxa”: acontecimento e rostidade na revista *Veja*

“The confession of the witch”: event and faciality in the *Veja* magazine

Antônio Augusto Braighi

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)
Av. Amazonas, 5253, Nova Suíça, 30421-169, Belo Horizonte, MG, Brasil
antonioaugustorp@yahoo.com.br

Resumo. E “A confissão da bruxa” foi o título dado pela revista *Veja* à matéria que apresentou a entrevista exclusiva da ex-procuradora Vera Lúcia Sant’Anna Gomes, que foi acusada de agredir física e verbalmente uma criança que pretendia adotar. Diante à reportagem, este artigo tem como pretensão analisar os movimentos elaborados pelo impresso em questão na tentativa de construir sentido a um acontecimento, demonstrando paralelamente como o smo pratica um exercício de rostidade, nas prerrogativas de Deleuze e Guattari (1996) ao enquadrar os personagens do caso em perfis definidos no pano de fundo pragmático social e em perspectivas do imaginário popular. Serão utilizados também os argumentos dos autores franceses Louis Quéré (1995, 2005) e Gilles Deleuze (2007) sobre a natureza do acontecimento, relacionando-os à prática jornalística, compreendendo as estratégias utilizadas para findar o caso e dar sentido ao que é de natureza paradoxal.

Palavras-chave: acontecimento, rostidade, pano de fundo pragmático.

Abstract. “The confession of the witch” was the title given by the magazine *Veja* that committee had the exclusive interview of former prosecutor Vera Lúcia Sant’Anna Gomes, who was accused of physically and verbally assaulting a child who wanted to adopt. Given the story, this article intends to analyze the movements produced by in print attempt to build a sense of event, demonstrating the same parallel as it practice exercise faciality, the prerogatives of Deleuze and Guattari (1996) to frame the characters in the case profiles defined in the backdrop of social and pragmatic perspectives on the popular imagination. This work will also be used the arguments of French writers Louis Quéré (1995, 2005) and Gilles Deleuze (2007) about the nature of the event, relating them to journalistic practice, understanding the strategies used to end case and make sense of what is paradoxical in nature.

Key words: event, faciality, background pragmatic.

Introdução

Entre tantos casos e denúncias realizadas ao Ministério Público, um em especial chamou muito a atenção da opinião pública no primeiro semestre de 2010. Uma procuradora aposentada do Estado do Rio de Janeiro foi acusada de submeter uma criança (a que será chamada de T.E. neste trabalho) de dois anos e dez meses de idade a intenso sofrimento corporal e mental. Segundo denúncias, e de acordo com o que se pôde ouvir em gravações, e ver em fotos veiculadas em matérias por uma série de emissoras de televisão¹, a Sr^a Vera Lúcia de Sant’Anna Gomes teria agredido, de forma reiterada, entre 17 de março e 14 de abril, uma menina, sob a qual tinha guarda temporária, pois pretendia adotá-la. A menina foi encontrada pelo Conselho Tutelar com os olhos inchados e precisou ser internada em um hospital com sinais de espancamento.

As discussões acerca deste episódio reverberaram exaustivamente não só nos telejornalísticos, mas em programas de tevê de outros gêneros no Brasil, além de portais da internet, rádios, jornais e revistas, entre elas a *Veja* que, na edição 2166, do dia 26 de maio de 2010, trazia o caso como reportagem de capa. Na matéria, intitulada “A confissão da bruxa”, o impresso propunha apresentar uma entrevista exclusiva na qual demonstraria as razões para as agressões que supostamente a ex-procuradora teria cometido.

Vera Lúcia nega parte das acusações, mas confessa ter xingado a menina, indagando que teria se irritado e chamado T.E. de “cachorra” pois ela não queria comer, estava se sujando, e as duas se encontravam atrasadas para uma consulta médica. Mas, ainda que a aposentada tente explicar a ação, indaga-se que as imagens que mostram os hematomas da menina, e o áudio das gravações que apresentam os xingamentos de Vera Lúcia – e o choro da criança, afetam os sujeitos de modo tal que a apreensão de sentidos não se dá apenas no plano racional, mas também no emocional.

Neste contexto, qualquer possível justificativa para as atitudes não suprime os porquês dos sujeitos; afinal, “o que faz alguém ser capaz de cometer tamanha brutalidade” e “o que faz alguém, capaz de tamanha brutalidade querer adotar uma criança?” (*Veja*, 2010, p. 80). São estas as perguntas que *Veja* tentará respon-

der, ao passo que este artigo buscará analisar como a revista tenta construir sentido frente a um acontecimento, demonstrando paralelamente como o impresso pratica um exercício de rostidade ao enquadrar os personagens do caso em perfis definidos no pano de fundo pragmático social.

Indaga-se que, ao se depararem com as matérias que tratam do caso, os sujeitos se engajam num complexo “campo problemático”, constituído pela busca de causas, de influências, de consequências e de efeitos, trazido à tona por um episódio atípico da vida social. A mídia, por sua vez, tenta dar conta das expectativas sociais, e apresenta argumentos e contraposições dos atores envolvidos, dando voz também a especialistas de várias áreas e ao próprio cidadão comum, em um movimento que tem por pretensão chegar às conclusões requeridas pela sociedade.

E, quando os *media* não dão conta de compreender o problema, o que de fato não conseguem – mesmo porque “as respostas não suprimem de forma nenhuma a pergunta, nem a satisfazem e ela persiste através de todas as respostas” (Deleuze, 2007, p. 59), apelam para o pano de fundo pragmático dos sujeitos e ao imaginário popular para findar o caso e dar sentido ao que é de natureza paradoxal – incompreensível, através de estratégias de comparação, por exemplo, com a literatura e os contos infantis.

Vera assume o papel da bruxa, ou das madrastas de estórias como a de Cinderela, destilando sua ira contra a principal vítima, a filha adotiva, que, inocente e refém da situação, sofre sem poder reagir. Para compreender como esta ideia é trabalhada em *Veja*, o percurso deste estudo será o de verificar conceitualmente a noção de acontecimento e de rostidade, e, paralelamente, discutir como elementos das duas perspectivas aparecem e são arranjados no corpo da matéria do impresso em questão.

Acontecimento

Encara-se o episódio da agressão da procuradora à criança que pretendia adotar enquanto um acontecimento; fissura do habitual, que “é da ordem do ‘assombro exemplar’, do fato ‘sem explicação’, alterando a aparente repetição da vida cotidiana” (Lana e França, 2008, p. 4). É algo singular, de vertente paradoxal, que inau-

¹Uma matéria exibida pelo Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, pode ser vista em <http://www.youtube.com/watch?v=h6tQFRM4oUw> (acesso em 23/07/2010).

gura, com efeito, uma nova forma de pensar e agir, tendo como uma das principais implicações as fissuras da linha de tempo na rotina das pessoas, ocasionando rupturas nas formas de ver o que está à volta e, sobretudo, frente ao que se relaciona diretamente ao episódio, ainda que este não tenha, ou não se assimile, uma explicação (Quéré, 2005; Braighi, 2010).

É assim que, tentando colocar-se no lugar dos sujeitos, diante do que fora veiculado nos *media*, pode-se corroborar os questionamentos apresentados pela revista *Veja* e estender: Por que esta senhora fez isso? Como uma pessoa, com aparente boa formação acadêmica, poderia ter feito isso? Por que, diante às provas, ela mentiria? Se queria adotar uma criança, por que então, em detrimento de cuidados especiais, agrediria a menina desta forma? Ainda que para todas as questões haja justificativa da ex-procuradora, quando se tenta entender os porquês, não se chega a uma elucidação, visto que este acontecimento não se explica pela lógica – ele tem força em si mesmo, ainda desconhecida (ou, mesmo perceptível, incompreensível), o que o impede de gerar conclusões. Este acontecimento, assim, se amplifica; fruto da forma como os sujeitos se relacionam com o problema e de tudo que está envolvido na causa (Deleuze, 2007).

O acontecimento em questão se processa e se amplifica em grande medida pela experiência dos sujeitos com o caso. Vale frisar que este acontecimento se dá na expressão de sentidos frente às imagens – as fotos da criança, exaustivamente (re)exibidas em vários veículos de comunicação de massa, e ao áudio das gravações feitas por ex-funcionários de Vera Lúcia – apresentando as agressões verbais e o choro de T.E., e na relação direta que estabelecem com as outras experiências e expectativas dos espectadores.

Estes elementos, agregados à mediação do acontecimento estabelecida a partir da interação dos indivíduos com outros veículos, como a tevê, farão parte também da bagagem do espectador ao ler a revista *Veja*. Os leitores fazem uso de seus conhecimentos e dos arranjos de seu pano de fundo pragmático para constituir organizadamente o acontecimento. Se utilizam, contudo, de relações de causa e efeito, que não são suficientes, pois o acontecimento, como já foi dito, é paradoxal, afeta o sujeitos de modo

que não conseguem entendê-lo a primeira vista, uma vez que se rompe a serialidade da rotina e do que outrora era possível (Quéré, 2005).

Mas, diante a este contexto, o indivíduo afetado pela força do acontecimento, procura criar algum tipo de sentido para o que está diante de si pela contra-efetuação, buscando novos significados para dar conta do que acontece. E a atribuição de sentidos, conforme propõe Deleuze (2007), se dará por intermédio da expressão, através da linguagem, no dizer sobre as coisas que o cerca, amarrando o acontecimento, dando sentido a ele.

E com a multiplicidade de sentidos que vai ganhando, seja através dos contornos das mais variadas matérias elaboradas tendo o caso como referência nos *media*, seja nas conversas que os sujeitos vão realizando com seus pares, o acontecimento se propaga. Contudo, entre o acontecido e a expressão, existem três circunstâncias, conforme propõe Deleuze (2007), de onde brota o sentido do acontecimento: designação ou indicação, manifestação e significação².

Designação ou indicação

A designação (ou indicação) é a instância mais direta da expressão de um acontecimento; “opera pela associação das próprias palavras com imagens particulares que devem ‘representar’ o estado das coisas” (Deleuze, 2007, p.13). Esta circunstância classifica e seleciona; de forma pragmática, é a etapa dos indicadores de ‘isto’ ou ‘aquilo’.

O acontecimento na edição 2166 de *Veja* se dá pela designação dos dois principais personagens envolvidos na história. Contudo, parte da vida e da rotina de Vera Lúcia Sant’Anna recebe destaque maior na notícia, numa tentativa de dar, de início, os indícios que comprovariam que ela seria a responsável pela agressão à menina, assim como demonstrariam as razões para o mal – segundo propõe o título da reportagem, em designação direta à Vera (assim como a associação da ex-procuradora com a palavra bruxa, na capa da revista). Nesta linha, no que se refere à designação por imagens/fotos, a ex-procuradora também recebe maior atenção. Sua foto estampa a capa da revista, o início da reportagem e a entrevista exclusiva concedida para o impresso.

² Vale o registro, porém, de que, talvez, não haja uma separação tão clara entre os três pilares. Isto é, neste acontecimento especificamente, os *media* já tinham uma série de informações prévias sobre o caso. Nesse sentido, as etapas apresentam-se de modo acoplado, o que influenciar na análise proposta. Como comparação, indica-se a leitura do estudo de Paulo B. Vaz e Renné França (2009) sobre o episódio ‘Isabella Nardoni’.

Ao contrário, as fotos em que T.E. (assim também designada na revista) aparece, remetem à pureza, inocência, uma figura inofensiva, mas ao mesmo tempo acuada, sofrida – haja vista a forma retraída na Figura 2 e o alento que recebe na Figura 1. As imagens mostram o momento em que T.E. era levada ao abrigo (Figura 1) e após a sua chegada, em período de readaptação, em razão de todas as agressões sofridas (Figura 2).

Agressões estas que *Veja* identifica a partir do relato de Vera; a revista informa que ela culpa a criança pela ‘tortura’ sofrida e não admite ter violentado a menina fisicamente. Como propõe o impresso esta lógica seria a da ‘desrazão’, sendo assim, a ausência de sentido no ato de agressão à T.E. impede uma designação diante a significados claramente abertos, condicionando *Veja* a sugerir uma significação particular para o acontecimento.



Figura 1. A menina T.E. é levada para o abrigo.
Figure 1. The girl T.E. it is taken for the shelter.



Figura 2. T.E., no abrigo, em fase de readaptação social.
Figure 2. T.E., in the shelter, in phase of social readaptation.

Manifestação

Deleuze (2007) indica que a manifestação trabalha com a expressão dos desejos e dos credos que representam à proposição, o que, em nossa análise, se refere às imagens e textos apresentados como enunciados da situação, dos fatos e passagens a que correspondem. Neste sentido, não seria a manifestação secundária à designação: “Ao contrário, ela a torna possível e as inferências formam uma unidade sistemática da qual as associações derivam” (Deleuze, 2007, p. 14).

Mas, com vistas à travessia do primeiro para o segundo estágio (processo de manifestação), *Veja* elabora sua tese, propondo sentido para as agressões, em torno da discussão sobre os valores relacionados às bruxas. Neste acontecimento, o juízo fica estampado logo na capa da revista. Vale lembrar que as três instâncias (designação ou indicação, manifestação e significação) não se intercalam hierarquicamente, mas co-existem e se relacionam o tempo todo. Assim, ao passo que o substantivo bruxa designa um dos personagens principais do caso (Vera Lúcia Sant’Anna), também atua como adjetivo, relacionado ao mal, suposta razão para as agressões sofridas pela criança.



Figura 3. Capa da revista *Veja*; o rosto e a confissão da bruxa.
Figure 3. Cover of *Veja* magazine; the face and the witch’s confession.



Figura 4. Reportagem da revista *Veja*; as contradições e o paradoxo do acontecimento.
Figure 4. Report of *Veja* magazine; contradictions and paradox of the event.

A revista demonstra as contradições e o paradoxo do acontecimento, sobretudo ao destacar a seguinte frase da ex-procuradora como título, em letras garrafais, da entrevista exclusiva: “Não faria sentido torturar uma menina que cuidaria de mim na velhice, certo?”. Entre a ausência de sentido e as explicações vagas e sem fundamento, além da não confissão de algumas das acusações, a revista levanta um histórico de Vera Lúcia, assim como apresenta características que indicariam, em uma leva de causa e efeito, que a aposentada seria a responsável pela tortura. Porém, diante a força do acontecimento os por quês não se calam e continuam reverberando.

Veja opta então em manifestar o acontecimento por uma designação da maldade; além disso, dedica algumas de suas páginas para discussões acerca do mal que pode ser causado a crianças, apresentando outros casos de violência sofridos por meninas e meninos no Brasil, numa tentativa de contextualizar o caso – ou até na prerrogativa de normalizá-lo, torná-lo comum: é só mais um (Quéré, 1995). No que se refere especificamente ao caso de Vera e T.E., o choque inicial já fora ‘amenizado’ pela mediação e enquadramentos que o caso recebeu em outros veículos. A revista vem então para tentar mostrar os motivos e razões e fechar o caso.



Figura 5. *Veja*: manifestação do acontecimento por meio de uma designação da maldade.

Figure 5. *Veja*: manifestation of the event by means of a designation of the wickedness.

Significação e sentido

Mas a possível conclusão se dará na significação; o ‘logo’ apresentado por *Veja* para afirmar de quem é a responsabilidade no caso e os motivos para tal feito. Contudo, a significação não é tão direta quanto a designação. A significação assume todas as nuances. Seu valor lógico “não é mais a verdade, como mostra o hipotético das implicações, mas a condição de verdade, o conjunto das condições sob as quais uma proposição ‘seria’ verdadeira” (Deleuze, 2007, p. 15).

Assim, a significação estará em equilíbrio direto com as proposições que levam à conclusão possível. Nesse sentido, diante ao caso analisado, *Veja* conclui que Vera agrediu física e verbalmente a pequena T.E., por meio de todas as ‘provas’ e objeções que apresenta. Além disso, demonstra que o teria feito pois possivelmente estaria ligada à práticas místicas, à seita satânicas, e assume comportamento frio e violento (analisado através de fatos de sua vida pregressa) identificado por especialistas como característico de psicopatas. *Veja* insinua ainda, indiretamente, a seguinte questão: Se é capaz de agredir a própria mãe, seria capaz de agredir uma criança que pretendia adotar? E encerra, “Apesar da bruxa processada, não é um final de conto de fadas” (*Veja*, 2010, p. 82).

A designação do caso parece ficar um tanto mais clara: uma menina de 02 anos e 10 meses foi torturada, física e moralmente por uma senhora de 66 anos que pretendia adotá-la. Mas, a designação só fará sentido em relação ao Eu que se manifesta neste episódio. Apesar de ficar um tanto mais evidente, devido às provas, que Vera Lúcia teria agredido T.E., o sentido não fica claro e o significado não aparece. Mas, neste ínterim, idealiza-se que a agressão é fruto de uma doença humana e uma vinculação do agressor às forças do mal (Deleuze, 2007).

Por fim, vale o registro de uma quarta dimensão possível, segundo Deleuze (2007): o sentido – conforme expõe o autor, seria o próprio acontecimento. O acontecimento expresso, ‘de fato’. A forma como, a manifestar-se e ser compartilhado na sociedade, um acontecimento será encarado e terá seu sentido fechado. Contudo, cada um será afetado diretamente (e de diferentes formas) pelo que está vendo, gerando efeitos dos mais diversos, nos mais variados sujeitos, pois deve-se levar em conta que cada pessoa parte de um campo de experiências muito particular. Segundo Quéré (2005, p. 68), “a individualidade do aconteci-

mento não é determinada, apenas, pelas características da sua ocorrência como fato, mas também pelas reações e pelas respostas que suscita, via uma compreensão e uma apropriação, seja qual for o suporte”.

Rostidade

Segundo propõem Deleuze e Guattari (1996), existiria uma máquina (abstrata) de rostidade, datada no ano zero de Cristo e que se alargou juntamente com o desenvolvimento histórico do homem branco, que interpela os sujeitos, os define, os enquadra, através de um jogo de dois eixos fundamentais: o de significância e o de subjetivação. Os autores utilizam como metáforas analíticas as perspectivas de um “muro branco” para a significância, e a de um “buraco negro” para a subjetivação. Ao passo que o primeiro se apresenta enquanto superfície lisa onde se inscreve e ricocheteia o significado, o segundo é uma larga alameda onde não há organização e controle. Enquanto um reflete as redundâncias de uma razão compartilhada, o outro seria um mergulho no calabouço obscuro das paixões (Deleuze e Guattari, 1996).

Há, para tanto, uma semiótica mista, onde enxerga-se a montagem de um sistema muro branco-buraco negro em uma dupla via de significação-subjetivação, onde aparece o rosto:

[...] sistema muro branco-buraco negro. Grande rosto com bochechas brancas, rosto de giz furado com olhos como buraco negro [...]. O rosto não é um invólucro exterior àquele que fala, que pensa ou que sente [...]. Uma criança, uma mulher, uma mãe de família, um homem, um pai, um chefe, um professor primário, um policial, não falam uma língua em geral, mas uma língua cujos traços significantes são indexados nos traços de rostidade específicos (Deleuze e Guattari, 1996, p. 32).

Os autores utilizam a figura de Jesus Cristo como elemento principal para defender as ideias relacionadas à rostidade. Ao entender o arquétipo ocidental cristão sob a perspectiva dominante, enxerga-se a bipolarização que a maquinaria abstrata de rostidade estabelece, através de duas frentes distintas de operação: a das unidades e a das escolhas. A primeira trabalha na constituição de uma unidade de rosto, em correlação e contradição à outra, no estabelecimento de contrastes como homem x mulher, adulto x criança, pai x filho, onde as dicotomias se estabelecem e aparecem em de-

talhes e em elementos de definição. A segunda frente é do tipo sim x não, onde a máquina abstrata seleciona, julga, se o rosto passa ou não passa, é aceito ou não a partir de elementos que identificam e auxiliam no juízo (Deleuze e Guattari, 1996).

Mas a máquina não trabalha apenas com elementos concretos, mas, sobremaneira, com abstratos. A máquina de rostidade vê e estabelece parâmetros, esquadrinha os sujeitos e os condiciona a ambientes pré-determinados a partir de dados intangíveis. Afinal, “é preciso que o sistema buraco negro-muro branco quadricule todo o espaço, delinear suas arborescências ou suas dicotomias, para que o significante e a subjetividade possam apenas tornar concebível a possibilidade de suas” (Deleuze e Guattari, 1996, p. 46).

Nesse contexto, a máquina trabalha, incessantemente, na produção social dos rostos, numa rostificação da imagem, de todo o corpo dos sujeitos esquadrinhados, de suas terminações, até de seus objetos e de seus cenários-mundos, a serem transformados outrora em mera paisagem. Neste lugar, pode-se perceber as nuances do trabalho da mídia; enquanto elemento carregado de poder, haja vista a sua potência no que se refere à construção social da realidade, é uma das interlocutoras preponderantes e uma das forças na construção de rostos e/ou na reafirmação de condições de rostidade.

Em *Veja*, como se apresenta na primeira parte deste artigo, a ex-procuradora é comparada a uma bruxa. Nesta seção, identifica-se o rosto da bruxa, aquele que escapa à figura do Cristo. Não é (em geral) homem, tem poderes que não deveria, não poderia ter, não é igual, não se assemelha ou se enquadra nas matrizes do muro branco. Como defini-la? Como navegar no buraco negro até encontrar as referências para determiná-la? (Deleuze e Guattari, 1996).

Os contornos do rosto da bruxa de hoje, na comparação com Vera Lúcia, se acentuariam ao voltar os olhos para o passado, lembrando que a Igreja considerava os bruxos e as bruxas como representantes do mal, pessoas que queriam amofinar o poder de Cristo no mundo, uma vez que cultuavam deuses e entidades da terra. A figura da bruxa, o mal, se posiciona ainda mais em oposição ao bem, ao rosto do Cristo. Mas, em detrimento a uma releitura histórica, na qual poder-se-ia compreender as razões pelas quais as supostas bruxas foram assim definidas e caçadas durante o período de inquisições na Idade

Média, fica-se aqui com o que na contemporaneidade é mais relacionado à figura desta personagem.

Vera Lúcia deixa de ser uma desconhecida e passa a ser a representação do mal; deixa de ser a ex-procuradora para se tornar a bruxa má. Mas *Veja* relaciona Vera com a bruxa não só pelos detalhes relacionados às maldades cometidas contra uma criança, mas ao realçar alguns elementos que podem estabelecer relação entre as duas figuras. O rosto das bruxas, costumeiramente retratada no mundo fantasioso dos contos infantis, é o de uma mulher velha, perversa, solitária, detentora de muitas rugas, com expertise no quesito magia negra, de voz rouca e uma gargalhada distintiva, entre outras características.

A ex-procuradora por sua vez tem 66 anos, aparenta idade (ainda mais) avançada, não mantinha laços de proximidade com familiares ou com colegas de trabalho, e, além das acusações de agressão à T.E., tem 15 boletins de ocorrência, em delegacias do Rio de Janeiro, com seu nome envolvido – além de acusações de agressões à própria mãe, já falecida. Segundo *Veja*, Vera tinha em seu apartamento bonecos de vodu e também costumava jogar tarô na internet, participava de comunidades virtuais em redes sociais com nomes como Caldeirão, Vassoura, Intuição e Magia Prática, além de haver suspeita de fazer parte de uma seita satânica. Elementos da significação do acontecimento reiterados para pensar nos dados levantados por *Veja* para estabelecer a comparação de rostos – o de Vera, o da bruxa, o da maldade.

De forma nada velada, a revista apresenta elementos que identificam Vera com a bruxa, aplicando-lhe o rosto do mal, dando sentido à brutalidade e ao sofrimento que causara a uma criança indefesa. Mas, a imagem estereotipada das bruxas é contradita por um grupo que se sentiu ofendido com a capa e com o mote da reportagem apresentada pela revista². Para estes, o rosto da bruxa é outro. Os valores que a define seriam diferentes do que se acredita, e a história e mesmo a contemporaneidade demonstrariam que, em detrimento do imaginário popular, as bruxas não são tão más quanto se imagina.

Sem querer aprofundar em um estudo de recepção, analisa-se passagens, em blogs e fóruns na internet, de grupos, com amplo conhecimento sobre a bruxaria, o que consideram como filosofia de vida, reivindicando para si o título e/ou se classificando como bruxos e bruxas, demonstrando insatisfação e contestando as passagens abordadas pelo impresso – que outrora também fora questionada pelo grupo supracitado sobre as suas predileções e métodos de fazer jornalismo.

Segundo o que propõem os bruxos de alguns sites analisados, e até reportagens que repercutiram em razão do comportamento de Vera Lúcia³, a filosofia prega sentimentos como o amor, por meio do cuidado e valorização dos elementos da natureza, tendo o planeta Terra como referência e a harmonia e o respeito como norte. Além disso, informam que sofreram e a ainda sofrem pré-conceitos (há mais de 2000 anos), e que a sociedade deveria saber que as bruxas não são más e que a essência da filosofia das bruxas deveria ser melhor apresentada aos leitores da revista *Veja*.

Este seria em verdade o rosto do cidadão do mundo, ou o rosto que o mundo almeja dos seus cidadãos; em tempos de aquecimento global e atenção especial com o meio ambiente, seguir os preceitos comungados pelos bruxos e bruxas poderia ser a solução para parte dos problemas enfrentados na atualidade? Não obstante, este não é, ao menos no senso comum, no imaginário popular, no pano de fundo pragmático da sociedade, o rosto das bruxas e dos bruxos.

Mas, como desfazer e (re)fazer o rosto? O rosto é um aparelho pujante. O rosto de Vera, por sua vez, entra em choque com a máquina binária, deixa de ser neutro, igual; é reterritorializado, torna-se individual, ainda que na pertença a um grupo bem definido, aquele que é, no imaginário social, a representação da maldade. A ex-procuradora, nem isso é mais. É a bruxa. Ao ser (re)significada, ocupada um novo lugar no mundo – não só pelo fato de estar em uma cela, mas é condicionada ao ergástulo social composto na subjetividade compartilhada, em razão dos parâmetros sócio-culturais que infringiu, e ao rompimento das fronteiras da legalidade e da moralidade.

² Disponível em: <http://bruxarianatural.ning.com/profiles/blogs/resposta-da-capa-da-revista>, acess em 20/07/2010.

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/05/bruxo-diz-que-procuradora-denegriu-imagem-da-bruxaria.html>, acesso em 25/07/2010.

Entre rostos e cicatrizes

Buscou-se com este artigo apresentar indícios que demonstrassem os movimentos elaborados pela revista *Veja* no ímpeto de construir sentido a um acontecimento, analisando em outra frente como o impresso pratica um exercício de rostidade, ao enquadrar os personagens do caso em perfis bem definidos: a bruxa e a menina indefesa – papéis já presentes no imaginário popular, frutos dos contos infantis, e até do cinema.

O acontecimento chama a atenção da opinião pública que, diante a um caso atípico, paradoxal, busca respostas e sentido para o episódio. Sua principal fonte de consulta e interlocução acaba sendo os *media*, que lhes apresentam o acontecimento com características próprias a cada meio. Passados alguns dias do caso ter sido discutido nos mais variados meios de comunicação, *Veja* apresenta o perfil da acusada: Vera Lúcia Sant’Anna Gomes, e tenta responder os por quês; procura dar sentido ao caso.

A revista apresenta não mais a ex-procuradora, aposentada, acusada das torturas – apresenta a culpada: a bruxa. O rosto concreto de Vera, procuradora, madame, senhora de poucos amigos e muitos animais de estimação, nasceu da máquina abstrata de rostidade, e se reconfigurou a partir de um ato que se deu a ver, colocando à máquina para funcionar em modo inverso, (re)adaptando o perfil, buscando elementos que identificavam Vera, a esquadrihavam, e agora a recondiciona a partir de um nova interpretação. Dar-se-á significado ao muro branco, e angariar-se-á subjetividade no buraco negro, segundo as combinações das engrenagens da máquina abstrata: produto que não há como prever? Ou haveria? (Deleuze e Guattari, 1996).

Engenharia maquinaica que conclamou o imaginário popular a se apresentar diante a uma questão que interpelava os sujeitos. Estes, sem respostas ante a um acontecimento que, com efeito, inaugura. Assim, buscam elementos presentes em seus campos de experiência – respostas simples e diretas que, a partir de um processo de causa e efeito, trazem a solução para um caso aparentemente confuso e sem sentido.

Mas, agora sim; culpa da doença, culpa do mal. Esta senhora é psicopata, assim como tantos outros que a pouco se viu. Seria pouco? Esta senhora está envolvida com bruxaria e outros elementos místicos, que diferem dos valores

cristãos, comungados e aceitos pela maioria da sociedade brasileira. O rosto do mal prevalece à doença. Conexão linguagem rosto – linguagem indexada sobre os traços do rosto, os traços de rostidade (Deleuze e Guattari, 1996).

Assim, compreende-se que a inquisição à ‘bruxa’ Vera Lúcia se deu não ao repreendê-la judicialmente, mas ao enxovalhá-la socialmente e condicioná-la enquanto mandraqueira, representante do mal, que não se enquadra na sociedade. O processo inquisitório, assim como a justificativa da bruxa para deste escapar, se deu de maneira mediada – seja através dos impressos, do rádio, da tevê e/ou da internet. Em todos os espaços Vera perdeu.

Porém, neste contexto, também não se deve esquecer que a mídia aparece como observadora e interpretante do acontecimento, tentando dimensioná-lo e enquadrá-lo a fim de fornecer respostas aos sujeitos. Contudo, se configura apenas como um canal de interlocução frente ao acontecimento – apresentando, por vezes, um relato isolado que, contraditoriamente, não consegue dimensionar a questão. Quéré (2005, p. 73) será um tanto mais contundente ao afirmar que “a modalidade privilegiada de experiência da notícia é, portanto, a do choque instantâneo: a informação espanta-nos ou perturba-nos, mas não se presta a nenhuma prova; desliza sobre nós sem nos atingir”.

Assim, para que não sejam inquisidores mediados, os sujeitos precisam tomar conhecimento das questões de forma mais ampla. Caso seja de fato afetado pela questão, e isso reverbere em seu contexto, o indivíduo para se relacionar inteiramente com a questão deve buscar outras formas de apreendê-la – isto é, caso tenha o propósito de conhecer plenamente o problema e se posicionar. De outra forma, após o susto, a tendência natural das pessoas, e da própria mídia – como propulsora de um método interpretativo peculiar, será o de neutralizar o acontecimento e colocá-lo em um espaço de normalização – conforme foi destacado anteriormente (Quéré, 1995).

O sentido das agressões sofridas por T.E. não se encontra só na *Veja*, ou nos *media*. Aliás, o sentido não pode ser tornado tangível; ele se dá em condições extras, que extrapolam ao específico e se alojam também na subjetividade da sociedade brasileira. Não obstante, sua expressão pode ser observada nos meios de comunicação de massa – e em redes sociais, em fóruns, em blogs, nas conversas no bar, na escola, em casa, uma vez que todas estas mediações estão em busca de sentido. As

pessoas estão diante ao acontecimento; frente ao que afeta os sujeitos, os coloca em zonas de desconforto, até que estructurem uma linha de sentido que dê, minimamente, conta do que os incomoda. O acontecimento se propaga e os indivíduos partem para a contra-efetuação.

Mas, enfim, o episódio fora resolvido? Final do conto de fadas? O acontecimento se fecha como o livro? Não: a revista fecha o caso no *modus operandi* tradicional do jornalismo, habitual à *Veja*, mas o acontecimento reverbera; estigma na experiência dos sujeitos, cicatrizes na pele e na história de T.E., rosto do mal reconfigurado com a imagem de Vera, presente de modo contundente no pano de fundo pragmático social⁴.

Referências

- BRAIGHI, A.A. 2010. Índices de produtividade rural: A revelação do problema pela força de um acontecimento público. *Revista Pj:Br - Jornalismo Brasileiro*, VII(13). Disponível em: <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos13a.htm>, acesso em: 08/03/2011.
- DELEUZE, G. 2007. *Lógica do sentido*. São Paulo, Perspectiva, 342 p.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1996. Ano Zero – Ros-tidade. In: G. DELEUZE; F. GUATTARI, *Mil Platôs*. São Paulo, Editora 34, Vol. 3, p. 31-62.
- LANA, L.; FRANÇA, R. 2008. Do cotidiano ao acontecimento, do acontecimento ao cotidiano. *E-Compós*, 11(3):1-13. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/303/297>, acessado em: 08/03/2011.
- QUÉRÉ, L. 1995. L'espace public comme forme et comme événement. In: I. JOSEPH (org.), *Prendre place*. Paris, Association des Amis de Pontigny-Cerisy/Éditions Recherches, p. 93-110.
- QUÉRÉ, L. 2005. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos: revista da comunicação, cultura e educação*, 6:59-74.
- VAZ, P.; FRANÇA, R. 2009. Através do espelho: o acontecimento Isabella na revista *Veja*. *Logos 30. Tecnologias de Comunicação e Subjetividade*, 16:4-18. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/31/01_logos31_paulovaz.pdf, acessado em: 08/03/2011.
- VEJA. 2010. Edição 2166, ano 43, n. 41, de 26 de maio.

Submetido em: 08/03/2011

Aceito em: 14/04/2011

⁴ O autor agradece a colaboração e observações de Renné França.